

Palavra Divina em Contexto Existencial

Uma das áreas a que a moderna exegese bíblica maior atenção dedica diz respeito à questão das linguagens, dos géneros literários e das simbólicas. A valorização da componente linguística da Escritura é certamente um dos maiores contributos que as novas correntes dos estudos bíblicos vêm fornecendo para a compreensão da Palavra de Deus ¹. As últimas décadas, mormente a partir das perspectivas traçadas pelo Vaticano II e dos Documentos Pontifícios sobre a Bíblia, um novo universo se abriu e permitiu que uma nova compreensão das linguagens bíblicas passasse a constar dos tratados e estudos acerca da Sagrada Escritura e do seu universo situacional. Hoje, podemos dizer que já não há tratado de Propedêutica bíblica que não consagre a esta questão das linguagens uma atenção especial, mormente no que concerne à sua compreensão enquanto linguagem humana e às formas que a mesma assume enquanto comunicação inserida num contexto situacional próprio.

Para confirmar esta realidade, basta verificar como um dos últimos documentos da Comissão Pontifícia Bíblica, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, dedica já uma grande atenção a esta questão, sinal de que ela assumiu grande importância no âmbito das preocupações do Magistério e dos estudos bíblicos. A abordagem da

¹ A este respeito é de assinalar, por ser quase pioneiro, o contributo dado pelo notável homem de letras e biblista L. Alonso Schökel que nos legou uma série de obras de grande significado e importância para o estudo desta problemática. De entre outros, salientaria aqui dois dos seus trabalhos: *La Palabra Inspirada – La Biblia a la luz de la ciencia del lenguaje*, Madrid 1986, 3.^a edição; *Hermenéutica de la Palabra. I: Hermenéutica bíblica*, Madrid 1986.

problemática das linguagens e do valor da Palavra em contexto situacional ajuda-nos hoje a compreender melhor o âmbito semântico de muitas das fórmulas de comunicação, percepcionando os seus conteúdos de uma forma mais abrangente, o que por si tem implicações também no campo pastoral das comunidades e da Igreja universal. A atenção que hoje é devida às diversas culturas, e aos universos simbólicos que as envolvem, permite-nos também situar a Sagrada Escritura dentro do universo que lhe é específico, estabelecendo os contornos da sua linguagem face à mensagem proposta, de forma que uma e a outra não se confundam, mas antes se situem no seu âmbito próprio.

Linguagem e mensagem nem sempre foram realidades tratadas de forma harmoniosa. Muitas vezes, estabeleceram-se confusões que só contribuíram para perturbar as mentalidades e até a fé das comunidades nas suas formas de expressão, trazendo como consequência o aparecimento de movimentos e grupos de matriz fundamentalista que em nada contribuíram nem beneficiaram a compreensão da Escritura.

Ao afirmarmos que a «Palavra de Deus foi revelada e dada a conhecer através de um povo», parece que estamos a dizer a coisa mais simples e comum do mundo, tal é a quantidade de vezes que já o ouvimos e repetimos. Esta afirmação de que a «Palavra de Deus encarnou na história de um Povo e através dele se deu a conhecer a outros povos», nem sempre nos deixa vislumbrar o verdadeiro significado que ela encerra, acabando, muitas vezes, por nos remetermos para uma configuração abstracta, quiçá ideológica, sem atingirmos o verdadeiro alcance da matriz cultural e sociológica que a mesma afirmação condensa em si. Dizer que a Palavra de Deus «encarnou», isto é, fez-se vida (fez-se carne) no meio de um povo, assumindo todos os contornos situacionais desse mesmo povo no seu devir histórico ao longo dos séculos, reveste-se hoje de capital importância para o nosso tempo, numa época em que a Igreja procura estar presente nas culturas e estabelecer um diálogo permanente com as mesmas, recolhendo destas valores que lhe permitem um diálogo constante e proveitoso para a sua acção pastoral neste mundo pós-moderno.

Ora, para nós cristãos, tal como para os Judeus no que ao Antigo Testamento diz respeito, a Escritura não emerge a partir de um mundo abstracto nem «caiu do alto» pelo contrário, foi assumindo seus contornos de uma forma pedagógica na vida e na his-

tória de um povo, submetendo-se às contingências da caminhada desse mesmo povo. Por isso, essa Palavra nasce e toca directamente com a vida do povo de Deus, seja ele o povo de Israel, no Antigo Testamento ou a Comunidade Apostólica, no Novo Testamento ou mesmo todos nós, na Igreja, que procuramos na Palavra de Deus a resposta aos nossos anseios, inquietações e esperanças.

Mas para que haja um verdadeiro acesso ao conteúdo dessa Palavra há que respeitar as mediações da sua linguagem, compreender o alcance das suas formas e o simbolismo das suas imagens. Nem sempre é fácil estabelecer o justo equilíbrio entre as formas e o conteúdo e não raro em prol de um deles tendemos para a desvalorização dos demais. Esse perigo que foi constante ao longo de séculos, talvez hoje assuma riscos ainda maiores, uma vez que as ciências da linguagem e o conhecimento das literaturas de outros povos facilmente podem induzir em erro muitos daqueles que se abeiram do texto bíblico e o tomam como mais um entre muitos.

A chamada de atenção para este risco é não só um serviço que se faz à verdade da Escritura como também é um dever da acção pastoral da Igreja que deve estar atenta aos sinais dos tempos, tanto naquilo que esses sinais acarretam de positivo como no que de arriscado eles albergam em si.

1. Da Palavra à comunicação: A questão dos géneros literários

A aproximação do leitor a uma qualquer obra que seja objecto do seu interesse em função de uma possível abordagem de leitura e de compreensão é sempre feita num contexto de «situação» que envolve múltiplas componentes. Cada obra é fruto de um tempo e emerge de uma história, mesmo que o seu significado esteja para além da história que lhe serve de suporte.

Para traduzir esta «temporalidade», no que à Palavra de Deus diz respeito, a Constituição *Dei Verbum* do Vaticano II diz que «as Palavras de Deus, expressas por línguas humanas, tornam-se semelhantes à linguagem humana»², ou seja, que essa Palavra está numa situação de contingência que tem como coordenadas principais o *espaço* e o *tempo* de um povo concreto nas suas formas de

² *Dei Verbum*, n. 13.

mediação comunicativa. Toda a palavra, seja ela qual for, mesmo a palavra humana, só o é verdadeiramente como palavra quando se transforma em comunicação, quando se torna relação pelo diálogo ou se faz relação entre um autor e um leitor, quando cria um elo de relação entre a sua origem e o seu destinatário. Uma palavra que não seja comunicação acaba por ser a negação de si mesma; é como que não chegasse a ser palavra. Por isso, toda a palavra carece de uma linguagem através da qual se comunica, se entrega ao leitor que a recebe e interpreta, dando-lhe a vida que ela carecia para ser verdadeiramente palavra e se transforme num vínculo de comunhão. Mas, tudo isso acontece sempre numa relação de dupla contingência situacional; a do contexto em que a palavra emerge e a que resulta do contexto em que o leitor a interpela ou se deixa interpelar por ela.

Neste sentido, podemos dizer que toda a linguagem é sempre um «modus» de partilha e de interpretação do real que obedece a códigos previamente estabelecidos e que nem sempre são familiares e perceptíveis ao leitor quando este se situa num outro contexto que não aquele em que a palavra se fez comunicação ou assumiu a sua forma de mensagem. Por vezes, é necessário recuar no tempo para compreender e ter acesso às formas que nos comunicam a «mensagem» através das mediações da palavra que se faz linguagem e comunicação. É pela palavra que chegamos e batemos à «porta» da verdade, seja ela a verdade da contingência do quotidiano que nos envolve, seja ela a «Verdade» suprema que na Palavra revelada se serviu da linguagem para dela nos aproximarmos e por ela sermos envolvidos numa mística partilha do ser e do amor.

A este propósito, podemos ilustrar esta percepção através de um trecho das Confissões de Santo Agostinho, comentando um dos diálogos tidos com sua mãe: «Ora, estando iminente o dia em que iria sair desta vida – dia que tu conhecias, e nós ignorávamos – acontecera... que eu e ela estávamos sós, debruçados a uma janela, de onde se contemplava o jardim que havia dentro da casa em que vivíamos, perto de Óstia, na foz do Tibre... Sozinhos, pois, falávamos um com o outro com muita doçura... *perguntávamos entre nós, diante da presença da verdade*, que és tu, qual haveria de ser a vida eterna dos santos... Mas desejávamos avidamente, com a boca do coração, as águas celestiais da tua fonte, a fonte de vida, que está em ti... erguendo-nos nós com mais ardente sentimento até àquilo que é sempre o mesmo, percorremos gradualmente todas as

coisas corpóreas, e o próprio céu... E ainda subíamos interiormente, pensando, e falando, e admirando as tuas obras, e chegámos às nossas mentes e transcendemo-las, a fim de atingirmos a região da abundância inesgotável, onde para sempre tu apascentas Israel com o pasto da *verdade*, e aí a vida é a *sabedoria*... E enquanto falámos e a ela aspirámos, atingimo-la por um instante, com todo o bater do coração; e suspirámos, e deixámos aí presas as primícias do espírito, e voltámos ao ruído da nossa boca, onde o verbo começa e acaba»³.

A riqueza e a beleza deste texto ajudam-nos a compreender qual o alcance da «palavra» como instrumento de comunicação e como espaço de encontro em acto de busca da verdade. Para que a «palavra» se transforme em comunicação ela tem de revestir estruturas concretas, situadas, assumir-se como linguagem, fazer-se lugar de encontro e de partilha. A essas estruturas, variadas e múltiplas, revestidas de fórmulas que muitas vezes são «filhas» de um tempo, de um espaço e de uma cultura, nós chamamos-lhe, em termos globais, *géneros literários*.

Na Sagrada Escritura, os géneros literários assumem, muitas vezes, para além de formas de comunicação, uma função mediadora na distância cultural que nos separa das origens da Palavra (texto) e que nos ajuda hoje a remontar à sua própria génese, sem com isso a «Palavra» perder o vigor da sua força ou a riqueza da sua verdade. Enquanto comunicação, a «Palavra» é uma *realidade social* com uma dupla vertente cultural, situada num contexto existencial próprio de que por vezes já perdemos as referências e ignoramos as coordenadas. No caso da Bíblia, essa dupla vertente é: a da *origem*, neste caso semita, com características próprias de um mundo rural, agrícola, por vezes ainda emergente de uma sociedade marcada pelas suas raízes nomádicas; e a do *leitor*, a do nosso tempo, totalmente diferente, técnica, industrial, onde predominam os conceitos abstractos e as incidências do típico discurso retórico, fundamentado na lógica racional.

³ SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, edição bilingue da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, n. X, 23-24, pp. 413.415.

2. Partir da Vida ao encontro da Palavra

Ao abordarmos a Sagrada Escritura, para a ler ou a meditar, podemos seguir dois caminhos, ambos legítimos e ambos capazes de nos levar até Deus que é aquilo que no fundo desejamos encontrar na Palavra que nos é proposta.

Por um lado, podemos perguntar e questionar o texto acerca da sua significação para nós, num processo que poderemos chamar de «lectio divina», tão característica da teologia e da vida espiritual. Por outro, diante da vida concreta, dos problemas e das interrogações do nosso quotidiano, podemos abeirar-nos do texto, transpondo dele *a resposta para essas inquietações», seguindo o testemunho da fé da Igreja*. Tanto num como no outro caso, a Igreja não nos dispensa de procurar a resposta nem pretende antecipá-la para nós; Ela apenas nos oferece a «ajuda da sua autoridade» e o «exemplo da sua experiência».

Neste trabalho e neste esforço de procura e descoberta, nunca podemos pôr de parte nem esquecer que esta caminhada é uma caminhada de fé que se faz com *a ajuda e sob a iluminação do Espírito Santo*, pois é Ele o condutor dos fiéis. Uma vez que a Palavra de Deus foi confiada à Igreja, é na Igreja e pela Igreja de que faço parte que eu me aproximo da Palavra de Deus e encontro n'Ele a resposta para as inquietações da minha fé.

Neste sentido, partindo da vida para ir ao encontro do texto e pedir ao texto respostas para a nossa caminhada de fé não significa sacrificar o texto aos interesses nem aos gostos de cada crente, nem pôr de parte aquilo que é menos agradável ou que é mais difícil realizar. Fazer isso, no fundo, não seria mais do que uma forma de condicionar a Palavra a um contexto, subalternizando-a a uma relação de mediação que acabaria por reduzir o significado da sua mensagem. Neste caso, tratar-se-ia de um abuso e de uma manipulação da Palavra de Deus.

Por isso, há que ter sempre presente que o texto que nós recebemos nasceu noutra lugar, mas o seu objectivo era dar respostas de fé, mesmo que de outro povo se tratasse. As situações podiam e seriam diferentes, os problemas diversos, mas a fé era a mesma: *A procura de Deus*. Por isso, temos sempre de fazer uma espécie de trabalho pessoal e eclesial, recriando o contexto da Palavra face ao do seu leitor: Trazer o texto para o nosso tempo e para a nossa vida, sem esquecer que aquele texto da Palavra de Deus não nos

pertence a nós mas à Igreja, ao Povo de Deus enquanto seu depositário. Há, portanto, um trabalho que devemos fazer ao aproximarmos do texto, de imaginá-lo de novo como uma realidade viva, que vem ao nosso encontro e com o qual nos confrontamos. É este trabalho de re-criar o contexto da Palavra a partir da nossa situação existencial que nem sempre é fácil e que se torna mais difícil em contextos culturais cada vez mais divergentes e plurais como são os do mundo contemporâneo em época de globalização.

3. As linguagens da Sagrada Escritura:

Apesar da centralidade da sua mensagem ser una e única, a Escritura usa uma multiplicidade de linguagens que têm a ver com o tempo e o espaço, mas também com a identidade específica dos seus autores e compositores. Uma linguagem é, antes de mais, um conjunto de palavras que têm como objectivo e finalidade transmitir-nos uma «mensagem». Palavra, Linguagem, Mensagem são os elementos estruturantes e fundamentais de uma relação, de uma comunicação e que, no caso da Escritura, por vezes podem ser confundidos pelo leitor menos prevenido. Por exemplo, nem sempre é fácil distinguir a mensagem da linguagem, havendo pessoas e grupos que tomam a linguagem pela mensagem, prestando assim um mau serviço à Palavra de Deus.

A abordagem deste problema seria fácil se na Sagrada Escritura tivéssemos apenas uma forma de linguagem, um só modo de dizer as coisas e transmitir a mensagem. Mas, a mensagem pode ser transmitida de diversas formas, de diferentes modos, através de símbolos variados e de imagens diferentes daquelas que nós hoje usamos no mundo técnico-científico que é o nosso.

Para além da rica e variada simbólica bíblica que se serve mais de imagens do que de palavras, recorrendo mais a comparações e a objectos do que a conceitos abstractos, a linguagem bíblica é acima de tudo uma relação comunicativa e criativa e não tanto informativa; ela apresenta-nos realidades ou situações sem nos explicar e deixa-nos a nós a tarefa de interpretar e de tentar compreender o seu significado. A linguagem simbólica como que se faz representar, interpelando os ouvintes para que eles deduzam e pensem a partir da força dos símbolos ou das imagens que lhes são propostas.

Este recurso é muito comum em povos que têm ainda um vocabulário reduzido e formas poucos desenvolvidas para traduzir as

diversas realidades, deixando que as imagens falem mais que as palavras e traduzam melhor a mensagem. A linguagem narrativa que encontramos na Sagrada Escritura, mormente na obra histórica e designadamente na História Deuteronomista, deixa transparecer bem os limites das estruturas da própria língua, as carências verbais e a reduzida forma de recursos estilísticos. Ao percorrer os Livros Históricos, a componente mais consistente da literatura bíblica, vemo-nos confrontados com uma série de narrativas, todas elas obedecendo a um padrão que em si perpetua «fichas» de leitura que em nada acrescentam umas às outras. Podemos dizer que esta linguagem de tipo narrativo, fazendo memória da história de um povo, acaba por empobrecer, em termos literários, a mensagem que nos é transmitida, especialmente se a compararmos com as partes poéticas (por exemplo, a beleza, a harmonia e a grandeza dos Salmos), com os oráculos proféticos e mesmo com uma grande parte da literatura sapiencial.

Ao abordar a linguagem bíblica, o leitor tem de tomar consciência, antes de mais, que o objectivo fundamental do texto que nos é dado é o de comunicar, mais do que informar, levar alguém a partilhar algo, e não tanto a saber coisas ou a decorar códigos. Mesmo estes, apesar da frequência com que aparecem no texto bíblico, são acima de tudo instrumentos de comunicação face a uma realidade situacional contextualizada, nunca se apresentando como fórmulas abstractas para serem decoradas e memorizadas pelos crentes.

4. A linguagem bíblica como partilha (do testemunho de fé....)

Partindo da pluralidade das linguagens e da riqueza da simbólica da Escritura, facilmente se pode constatar que a linguagem bíblica é, antes de mais, expressão de uma partilha, de uma vivência e de uma comunhão. Não é teoria nem doutrina teorizada; ao contrário, é acima de tudo um testemunho que se partilha a partir das interpelações e dos desafios que a vida faz à fé. Partindo da vida e do contexto em que a vida decorre, das imagens e dos símbolos com que nos cruzamos no dia a dia, a Bíblia introduz-nos no desafio de nós mesmos em confronto com a fé do Povo de Deus na sua busca incessante do Absoluto, numa espécie de nostalgia pela eternidade. Nesse sentido, importa ter sempre presente o contexto, o ambiente

em que nos situamos, pois a fé nunca é uma realidade abstracta, nem teórica, mas antes uma fé vivida, uma fé situada numa igreja concreta, numa comunidade específica. Daí que possamos falar sempre de uma linguagem contextual, situada num determinado contexto e num determinado tempo. Para o confirmar, basta que nos detenhamos em alguns dos elementos que confirmam essa realidade situacional, tais como:

- os costumes e tradições locais, perceber o seu alcance e simbolismo;
- a estrutura social e familiar, com as múltiplas implicações que acarreta;
- a força e a identidade das metáforas e imagens usadas na linguagem corrente local;
- a própria configuração geográfica e a situação política (recorrendo aos Salmos podemos verificar a força comunicativa que essa configuração encerra em si e como a linguagem poética dela se serviu para traduzir muitos dos mais nobres sentimentos da alma humana).

É neste enquadramento situacional que podemos descobrir a riqueza dos diversos *níveis relacionais* que a Palavra de Deus cria e estabelece connosco. Bastará, para tanto, deixar que se crie entre a mensagem e o leitor um espaço de encontro que tem como centro potenciador dessa partilha o texto que nos é dado. Assim:

- *A Palavra chama*: a resposta é a vocação« o homem aceita o chamamento e responde à chamada, disponibilizando-se para acolher esse chamamento e para a missão {ver: Vocação de Samuel (1 Sam 3)« a vocação dos Profetas (Is 6,1-13« Jr 1,4-19« Am 7,14-15)« a vocação dos Apóstolos (Mt 4,18s)}.
- *A Palavra ordena*: a resposta é a aceitação« o homem submete-se à vontade de Deus e dos seus mensageiros (no Novo Testamento, temos inúmeros exemplos das ordens dadas por Jesus aos «espíritos maus» e eles logo obedeciam: Mc 2,11« 4,39« Mt 28,19-20).

- A *Palavra interpela*: a resposta é a conversão, a mudança de vida e de opções (Mt 4,19-22 « Jo 13,12-17). Há como que um regresso às «origens» dessa relação primordial de comunhão entre Deus e o homem.

Nem sempre estas funções da Palavra estão separadas, tal como nem sempre estão expostas de forma evidente no texto bíblico. Por vezes, estas funções nem chegam a ser exercidas por palavras. Podem ser desempenhadas pelos próprios acontecimentos, pelos símbolos e pelos personagens que realizam a acção do texto bíblico. São os acontecimentos e os gestos significantes da História da Salvação que condensam e exprimem por si, numa forma mais rica e concreta, essas funções. O diálogo entre o crente-de-hoje e Deus, por vezes, passa por esses acontecimentos e pelos gestos que traduzem a fé e o testemunho dos crentes-de-ontem. Esta é a razão porque encontramos no texto bíblico formas e símbolos, imagens e comparações de fácil compreensão, imagens que foram familiares ao povo bíblico e que por isso mesmo continuam hoje a conter em si uma forte carga significativa e interpelativa. Essa densidade significativa sê-lo-á mais ainda na medida em que a Palavra, para além da mensagem, contenha em si uma dimensão de testemunho vivencial que, mesmo sendo do passado, percorre o tempo e mantém hoje viva toda a sua força relacional.

5. A Palavra de Deus como linguagem de amizade e de amor

Tomando como referência as três funções da Palavra acima mencionadas (chamar, ordenar e interpelar), podemos dizer que a linguagem da «amizade e do amor» é aquela que melhor explicita e traduz o alcance pleno dessas três funções, uma vez que é em clima de amor e de amizade que o crente estabelece uma relação plena com Deus em qualquer desses domínios.

Podemos, então, perguntar a nós próprios: Qual é o objectivo da Sagrada Escritura? O que pretende o texto bíblico transmitir-nos?

Antes de mais, creio que podemos dizer que o objectivo principal da Sagrada Escritura é o de partilhar e testemunhar esta «relação de amizade e de amor que Deus quer estabelecer e consolidar com o homem». São diversas as formas e as figuras que os autores sagrados usam para traduzir essa relação que é sempre

uma relação de comunhão e de amizade na mais ampla acepção da palavra. Vejamos alguns dos conceitos, pelo menos os mais frequentes, a que os autores sagrados recorrem para traduzir essa relação de comunhão e de amizade entre Deus e o homem:

- *conceito de Aliança* e outros próximos, como sejam: eleição, promessa, escolha;
- *as imagens* (ou comparações) Pai-filho, esposo-esposa, protector-vassalo, pastor-ovelha, agricultor-vinha, semente-fruto, videira-sarmento, etc.;
- *libertação*, protecção, ajuda, resgate.

Todos estes conceitos contêm em si uma ideia de relação e de proximidade que implica compromisso de Deus para com o homem, a quem Deus pede «culto, veneração, adoração», ou seja, uma relação de exclusividade e de totalidade. No entanto, e apesar dessa exclusividade, na Sua revelação, Deus não se impõe ao homem, quer seja crente ou não, de forma a anular a sua individualidade e a sua autonomia. A autonomia do homem e a sua capacidade de escolha estão sempre garantidas e aparecem como uma exigência de Deus no Seu próprio acto relacional. É isto que confere a esta relação uma identidade específica que caracteriza a revelação bíblica – judaico-cristã. Para o demonstrar, na Sagrada Escritura a iniciativa da revelação pertence sempre a Deus« É Ele que toma a iniciativa. Foi assim com Abraão (Gn 12), foi assim com a libertação do Egipto (Ex 3, 7s), foi também Iahwé que tomou a iniciativa da Aliança do Sinai (Ex 19, 5s). É ainda Deus que toma a iniciativa no chamamento e na vocação dos Profetas (Is 6,1s; Jr 1,4s). Feita num ambiente de comunhão e de amor, a revelação de Deus é sempre um gesto da Sua bondade que vem ao encontro do homem a quem oferece o Seu poder e protecção. É Ele quem convida e ao homem basta-lhe que responda a esse convite deixando-se cativar pela Sua palavra. Este «deixar-se cativar» gera o «encontro» do Homem com Deus e pelo «encontro» estabelece-se um acto de reciprocidade, de pergunta e de resposta, de oferta e de entrega. No acto de Deus se revelar (e se dar a conhecer) se revela e se dá a conhecer o próprio homem naquilo que ele é em si mesmo. Conhecendo Deus, o Homem conhece-se a si mesmo, pois foi «à

semelhança de Deus que fomos criados». A revelação de Deus é assim um acto de reciprocidade, uma espécie de encontro «místico» de descoberta e de encanto mútuo que acontece entre Deus e o Homem, entre o Esposo (Deus) e a esposa (o povo de Israel), tal como cantou o profeta Oseias na sua profecia (Os 2,16).

Ao falarmos desta relação de reciprocidade amorosa entre Deus e o Homem, uma espécie de clima de contemplação mística que se estabelece mutuamente entre Iahwé e o crente, podemos, de alguma forma, verificar como ainda hoje, um pouco por toda a parte e mormente em grupos e movimentos de natureza fundamentalista ou sectária, infelizmente bastante difundidos nas nossas sociedades, se atribui uma excessiva relevância à dimensão moralizante (ou moralista) da Palavra bíblica. Para tais grupos, quase sempre a Palavra de Deus tem que ver apenas com o «fazer», com os procedimentos ético-morais e quase nunca com o ser, com a relação afectiva de comunhão e de partilha que faz parte da identidade humana na sua forma de ser e de estar no mundo.

No entanto, e ao contrário do que se pensa, a linguagem bíblica tem uma componente mais afectiva e relacional do que normativa e a categoria de «comunhão-encontro» constitui o centro de toda a revelação. Com isto, e sem pretendermos ignorar os códigos normativos (o Decálogo, os preceituários normativos) bastante presentes no Antigo Testamento (Pentateuco), a verdade é que a «centralidade» de toda a Sagrada Escritura passa, antes de mais, pela categoria do *Amor* e da relação de comunhão (cf. Jo 3, 16-17 «13,34-35»). O Antigo Testamento tinha já reforçado profundamente esta componente afectiva da revelação de Deus numa perspectiva de relação e de comunhão, especialmente através da palavra dos profetas. Podemos citar inúmeros exemplos: A «Misericórdia» em Oseias, a «Nova Aliança» e a «Doçura do favo de mel» em Jeremias, a «magnificência» em Isaías. No Novo Testamento, temos o tema do «vinho novo» de Caná, as bem-aventuranças, os diálogos entre Jesus e Nicodemos ou com a Samaritana, o discurso da Última Ceia, as cartas joaninas, etc. Muitos destes textos, condicionados durante muitos séculos por fórmulas interpretativas que os reduziam a meras codificações abstratas, ganham hoje uma nova força e assumem nas nossas culturas um papel especial como categorias relacionais que emprestam à Palavra de Deus uma revigorada dinâmica pastoral.

6. Duma linguagem normativa para uma relação de comunhão

Na nossa época assiste-se a um renascimento e a uma nova descoberta das questões religiosas, tanto nas suas formulações como nas motivações que lhes estão na génese. No entanto, este ressurgir acarreta consigo também algumas implicações sobre as questões da linguagem e da comunicação, como aliás vimos referindo. Uma dessas questões tem a ver com a relevância ético-normativa que ao longo dos séculos foi sendo atribuída à revelação bíblica: qual a razão dessa matriz de carácter moralizante?

A resposta a esta problemática creio que tem a ver, em boa parte, com o contexto cultural e vivencial do povo de Israel na sua vivência histórica e na urgência que sempre sentiu em preservar a sua identidade, em manter a sua autonomia e não se misturar ou confundir com outros povos. Para o conseguir, num contexto de múltiplos grupos e de religiões politeístas com forte componente atractiva, a fé bíblica recorreu muito, nas suas formulações, a padrões e a códigos que estabelecessem e definissem as diferenças nas atitudes e nos comportamentos que aos crentes eram exigidos. Esta seria a forma de definir as fronteiras, de estabelecer limites entre o permitido ou não, evitando assim os sincretismos tão comuns nas diversas religiões do Médio Oriente. Israel sentiu o mesmo ao longo da sua história, uma vez que a sua própria localização como uma espécie de «corredor de passagem» de culturas e civilizações mais contribuía para agravar essa tendência já de si natural.

Ao longo do Antigo Testamento, mormente nos escritos históricos da «Escola Deuteronomista» que reflectem a problemática da passagem do nomadismo para a sedentarização e fixação do povo à terra, bem como nos escritos dos Profetas, as advertências contra o perigo do sincretismo são constantes. A consolidação da fé javista em códigos de natureza ético-comportamental mais não foi do que uma tentativa de salvaguardar a sua singularidade naquilo que essa fé tinha de único: O monoteísmo – um só Deus. A multiplicidade de cultos e de divindades locais criou uma intrínseca necessidade em estabelecer e definir fronteiras, em demarcar atitudes e formas de comportamento face a tudo quanto pudesse vir a constituir um perigo para o monoteísmo bíblico. A codificação dessas atitudes acabou, por vezes, por eclipsar a genuína natureza da fé bíblico-cristã, fortemente centrada numa relação pessoal entre Deus e o

crente, mais do que numa mera atitude comportamental de natureza ética.

É fácil verificar como esta preocupação está presente ao longo de todo o texto bíblico e, por vezes, parece mesmo sobrepor-se àquilo que constitui o núcleo fundamental da revelação: A *aliança de comunhão* entre Deus e o homem.

O próprio Novo Testamento deixa perceber esta problemática quando a mensagem é transposta dos Evangelhos, sempre centrados numa relação de descoberta e seguimento de Jesus, para a doutrina normativa que constitui, no fundo, o núcleo forte das cartas apostólicas e dos outros escritos da comunidade apostólica.

Sem constituir uma surpresa, esta constatação ajudar-nos-á certamente a perceber não apenas o porquê de uma tal formulação, mas permite-nos também compreender aquilo que acaba por ser a realidade actual, ou seja, uma fé que aparece desfasada da relação pessoal com Deus e reduzida a códigos comportamentais que em si nada traduzem de fé, constituindo apenas meras atitudes de natureza ética, não é uma verdadeira fé cristã que tem sempre o seu centro na relação pessoal com Cristo.

7. A urgência de um «regresso às fontes»

Face a tudo quanto vimos referindo, incluindo as sensibilidades da cultura actual, impõe-se uma re-descoberta, um regresso aos verdadeiros horizontes da fé bíblica: Valorizar a relação pessoal de comunhão que está no âmago da fé bíblico-cristã. Esta re-descoberta, sendo uma urgência pastoral, ela é essencialmente um acto de fidelidade à natureza e à identidade da fé que professamos e que constitui a sua essência. Alguns esforços vêm sendo feitos, como aliás sabemos, ao nível da catequese e da pastoral no seu conjunto. Importa re-descobrir a natureza relacional da fé, a sua dimensão comunional, as linguagens que são expressão dessa dimensão, pois de outra forma corremos o risco de reduzir o conteúdo da fé bíblica a um preceituário ou a um manual de práticas ético-morais que mais não são do que um código de boas maneiras, como aliás já acontece para muitos dos nossos «ditos» crentes. Uma das consequências mais sensíveis disto são os chamados «cristãos ou católicos não-praticantes».

Não falta também no interior da própria Igreja quem pretenda reduzir a vivência da fé a uma espécie de ritualismo moralizante,

com uma forte componente jurídico-legal, muitas vezes marcada por traços de cariz fundamentalista, tal como é referido no documento da Comissão Pontifícia Bíblica, *A Interpretação da Bíblia na Igreja* ⁴ que se opõe de forma muito clara a essas tentativas de interpretação.

Hoje, como no passado, a Igreja tem consciência da necessidade de regresso às «fontes» e de re-descobrir os verdadeiros dinamismos da Palavra de Deus e da sua força motivadora que aproxima o homem de Deus e o leva a viver num clima de comunhão e de aliança com o Senhor. Há que estar atentos também para não embarcar numa certa tentação moderna, muito comum a determinadas seitas actuais, que reduzem a fé a um certo activismo apolo-gético, uma espécie de marketing religioso, tentando como que vender uma certa «mercadoria» que de Deus não tem nada. A relação comunitária, o encontro pessoal com Cristo não faz parte dessa experiência de fé, sendo esta mais um produto que se vende do que uma relação que se partilha.

Nesta re-descoberta e neste regresso às fontes, importa valorizar a dimensão pessoal desta relação comunitária através de uma linguagem que, muitas vezes, é feita de silêncios, de alusões, de gestos de afecto e de meias-palavras, através dos quais se re-encontra essa força, esse dinamismo que nos transporta ao coração de Deus e nos faz sentir acolhidos por Ele.

É verdade que esta experiência de re-descoberta do rosto amoroso de Deus tem algo de contemplativo, implica uma atracção contemplativa que hoje escasseia tanto nas nossas culturas, todas elas feitas de pressa e de falta de tempo. No entanto, precisamos deste «estar em frente» d'Ele, deste ser contemplados por Deus para que O possamos também contemplar, pois só através deste encanto mútuo podemos criar vínculos de comunhão que nos comprometam numa relação recíproca. O homem tem dificuldade em sentir-se comprometido com Deus porque também lhe falta esta relação de um Deus comprometido com o homem. O judaísmo fez esta experiência da ausência de Deus durante o período do nazismo alemão e isso contribuiu para a re-descoberta de uma nova dimensão do divino que muitos místicos judeus empreenderam, incluindo alguns no espaço da fé cristã (bastaria citar Edith Stein).

⁴ Versão portuguesa, Ed. Reis dos Livros, Lisboa, pp. 80-84.

Através desta linguagem relacional da amizade e da contemplação acontece aquela partilha suprema da entrega mútua e da confiança recíproca ou, como diz um moderno estudioso⁵ da Sagrada Escritura: «Na palavra da amizade e do amor, «cada qual dá ao outro a hospitalidade essencial, o melhor de si» cada qual reconhece o outro, e recebe dele aquele mesmo reconhecimento, sem o qual a existência humana é impossível».

Se isto se verifica no que à experiência humana diz respeito, maior dinamismo assume quando o transpomos para uma relação de comunhão com Deus. Já Santo Agostinho traduzia toda a riqueza desta experiência através deste binómio: «Duas coisas são necessárias neste mundo: A vida e a amizade. Deus criou o homem para que ele exista e viva: eis a vida. Mas para que o homem não esteja só, a amizade é uma exigência da vida»⁶. Ora, esta relação de amizade começa, tal como o mostra o livro dos Génesis, pela relação comunional com Deus, a única que garante e cria o espaço necessário à comunhão fraterna, dando origem à relação amorosa da família em ordem à transmissão da vida.

É neste clima de amizade e de vida que Deus, mediante a Sua Palavra e através da linguagem humana de que se serve para assumir a sua dimensão encarnacional, se oferece ao Homem como o «Outro» de que ele carece para a realização plena da sua vocação sobrenatural e transcendente.

JOÃO LOURENÇO

⁵ V. MANNUCCI, *Bíblia – Palavra de Deus: Curso de introdução à Sagrada Escritura*, São Paulo, 1986, p. 22.

⁶ PL 46, 870, *Sermão* 16,1.